ATA N.º 42

DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE VILA FLOR, REALIZADA A VINTE E NOVE DE OUTUBRO DE DOIS MIL E DEZOITO

Aos vinte e nove dias do mês de outubro do ano de dois mil e dezoito, no Edifício dos Paços do Concelho e Sala de Reuniões respetiva, reuniu pelas dez horas a Câmara Municipal de Vila Flor, sob a Presidência do Senhor Presidente da Câmara, Fernando Francisco Teixeira de Barros, estando presentes os Senhores Vereadores, Pedro Miguel Saraiva Lima Cordeiro de Melo, da Coligação PPD-PSD/CDS-PP; Quintino Augusto Pimentel Gonçalves, do PS; Ana Sofia dos Santos Carvalho Gonçalves Ramos, da Coligação PPD-PSD/CDS-PP e Abílio Batista Maia Evaristo, do PS. -----

ANTES DA ORDEM DO DIA:

VEREADORES, PEDRO MIGUEL SARAIVA LIMA CORDEIRO DE MELO E ANA SOFIA DOS SANTOS CARVALHO GONÇALVES RAMOS: -

Os Senhores Vereadores, Pedro Miguel Saraiva Lima Cordeiro de Melo e Ana Sofia dos Santos Carvalho Gonçalves Ramos Ramos, solicitaram informação acerca da fase em que se encontra o processo de regularização de Precários. -----

Por outro lado, solicitaram também informação relativamente às condições que são disponibilizadas para as aulas de dança das crianças de Vila Flor. -----

VEREADOR, ABÍLIO BATISTA MAIA EVARISTO: -

O Senhor Vereador a Tempo Inteiro, Abílio Batista Maia Evaristo, sobre as condições que são disponibilizadas para as aulas de dança, informou que são dois professores de Vila Real que ministram as aulas de dança para as crianças, as quais eram realizadas num pavilhão da Escola EB 2,3/S de Vila Flor, acrescentando que a Escola lhes cobrava uma renda que se estava a tornar inoportável. -----

Que entretanto, a Associação Cultural e Recreativa de Vila Flor cedeu-lhes um espaço no Centro Cultural para a realização das referidas aulas de dança, provisoriamente. -----

Comunicou que recebeu, na Câmara Municipal, um aluno das aulas de dança, ficando combinado que iria realizar uma reunião com o grupo de dança e a Associação Cultural e Recreativa de Vila Flor, mas que neste momento desconhece se esta reunião já se realizou com a nova Direção da Associação. -----

Quanto à situação da regularização de Precários, foi solicitado ao Técnico Superior e Chefe da Unidade Orgânica de 3.º Grau, Administrativa e Qualidade, em regime de substituição, para informar acerca do ponto da situação. -----

CHEFE DA UNIDADE ORGÂNICA DE 3.º GRAU, ADMINISTRATIVA E QUALIDADE, EM REGIME DE SUBSTITUIÇÃO, JOÃO ALBERTO CORREIA: -

O Chefe da Unidade Orgânica de 3.º Grau, Administrativa e Qualidade, em regime de substituição, João Alberto Correia, referiu que, atualmente foi proferido o Despacho do Senhor Presidente da Câmara, nomeando o Júri que vai conduzir o Procedimento, e que, durante a próxima semana, se reunirá e se publicará o procedimento, o qual, de acordo com a lei, apenas se realizará na BEP – Bolsa de Emprego pública e no *site* do Município. -----

Informou, ainda, que os precários abrangidos estão perfeitamente identificados e constam da Ata da Reunião de Câmara de 06 de agosto de 2018. -----

Foi entregue aos Senhores Vereadores, uma Proposta do Plano Plurianual de Investimentos – PPI e do Plano de Atividades Municipais – PAM para o ano de 2019. -----

PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL: -

O Senhor Presidente da Câmara Municipal, Fernando Francisco Teixeira de Barros, informou o restante Executivo Municipal que manteve uma reunião com o Senhor Diretor-Geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural e com o Senhor Diretor de Serviços de Regadios, na passada sexta-feira, e de entre outros assuntos abordados, visitaram a Quinta do Ataíde, local onde vai ser construída uma nova Adega, e o espaço onde vai ser construída a Barragem Redonda das Olgas, em Freixiel. -----

ORDEM DO DIA:

GAP – GABINETE DE APOIO À PRESIDÊNCIA

ALTERAÇÃO AO REGULAMENTO DA TABELA DE TAXAS, PREÇOS, TARIFAS E OUTRAS RECEITAS MUNICIPAIS – FIM DO PERÍODO DE CONSULTA PÚBLICA: -

Presente informação n.º 107/2018 do Chefe da Unidade Orgânica de 3.º Grau, Administrativa e Qualidade, em regime de substituição, João Alberto Correia, datada de 24 de outubro de 2018, referindo o que a seguir se transcreve. -----

“A proposta de alteração dos quadros I, II e IV do mapa de anexo a que diz respeito o n.º 1 do artigo 4.º do Regulamento supra (Fundamentação económica e financeira), para efeitos de consulta pública foi publicada na 2.ª série do Diário da República n.º 154, de 10 de agosto. -----

O Prazo para a pronúncia dos interessados terminou no passado dia 25 de setembro sem que a autarquia tivesse recebido quaisquer sugestões e / ou pedidos de esclarecimentos sobre a proposta de alteração, pelo que neste momento pode a mesma ser aprovada pela Exma. Câmara Municipal e submetida à Assembleia Municipal, órgão a quem compete a sua aprovação, nos termos da alínea g) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro – Regime Jurídico das Autarquias Locais.” -----

– Deliberado, por unanimidade: -----

- a) **Aprovar a proposta de alteração dos Quadros I, II e IV do mapa de Anexo ao Regulamento da Tabela de Taxas, Preços, Tarifas e Outras Receitas Municipais do Município de Vila Flor; -----**

b) Remeter à Assembleia Municipal para discussão e votação, nos termos da alínea k) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro – Regime Jurídico das Autarquias Locais. -----

EDP SOLUÇÕES COMERCIAIS – INTERRUPTÕES NO FORNECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA – PN 2002284833 – 501428795106: -

Presente Email, datado de 09 de outubro de 2018, referindo que na sequência da comunicação do Município de Vila Flor, reclamando as interrupções no fornecimento de energia elétrica neste Município, ocorridas nos dias 28 e 29 de agosto, informam que as mencionadas interrupções de serviço ocorreram devido a uma situação anómala e pontual, tendo-se registado algumas descargas elétricas atmosféricas (trovoadas) em todo o país, nomeadamente na zona norte, com maior incidência no concelho de Vila Flor. -----

Mais informam que as condições climatéricas adversas supracitadas, tiveram um impacto significativo na Rede de Média Tensão (MT) responsável por alimentar o concelho de Vila Flor, não obstante, referem que a rede em causa se encontra alimentada por uma nova subestação (Açoreira), apresentando indicadores de Qualidade de Serviço superiores aos definidos regularmente. No entanto, e dado estarmos na presença de uma rede MT, com forte permanência aérea, com cerca de 200 Km de comprimento, esta encontra-se exposta a todo o tipo de condições atmosféricas adversas. -----

Desta forma, e tratando-se de rede aérea, o fornecimento de energia elétrica fica sujeito aos mais diversos fenómenos suscetíveis de o interromperem, os quais a ciência e a técnica não podem evitar nem prever, não podendo o distribuidor, qualquer que ele seja, garantir a sua ininterruptibilidade. -----

Por fim, acrescentam que sendo estes incidentes imprevisíveis no tempo e na sua extensão, o Município de Vila Flor contará sempre com a garantia do total empenho da empresa na prestação de um serviço de elevada qualidade aos seus clientes, através de uma intervenção tão rápida quanto possível com práticas eficazes e seguras. – **Deliberado, por unanimidade, tomar conhecimento.** -----

CIRCUITOS ESPECIAIS DE TRANSPORTE PARA O ANO LETIVO DE 2018/2019: -

Presente informação n.º 108/2018, do Chefe da Unidade Orgânica de 3.º Grau, Administrativa e Qualidade, em regime de substituição, João Alberto Correia, datada de 25 de outubro de 2018, referindo o que a seguir se transcreve: -----

“Por despacho do Senhor Presidente de 12 de outubro pretérito foi autorizado transitoriamente a que o transporte dos alunos da Quinta do Carrascal e do Nabo para Vila Flor fosse assegurado pelo veículo 28-DD-94 cujo motorista foi Lénia Fátima Vaz Evaristo; ---

De Roios para Vila Flor fosse assegurado pelo veículo 02-HN-21, cujo motorista afeto foi Cidália Alves Ribeiro; -----

De Freixiel Samões fosse assegurado pelo veículo 02-HN-21, cujo motorista afeto foi António Joaquim Alves Alvito. -----

No início da semana, os adjudicatários dos circuitos, juntamente com o Gestor dos Contratos e em estreita colaboração com o Sr. Vereador a Tempo Inteiro Abílio Evaristo e a Chefe de Unidade Orgânica Hermínia Morais construíram uma solução que permitiu a que os adjudicatários cumprissem a realização dos circuitos n.º 1 Nabo/Vila Flor – Roios/Vila Flor,

n.º 2 Quinta do Carrascal/Vila Flor e n.º 4 Freixiel/Samões nos termos e condições do caderno de encargos, permitindo desta forma a salvaguarda do interesse último que é o dos alunos transportados do interesse público e da própria autarquia. -----

Assim, desde o início da semana os circuitos em causa estão a ser realizados de acordo e nos termos do caderno de encargos. -----

Desta forma, ficou salvaguardada a segurança das crianças, a normal e regular continuidade da realização dos circuitos por parte dos seus iniciais adjudicatários e, menos importante mas também de salvaguardar, o próprio interesse da autarquia e dos adjudicatários. -----

O trabalho iniciado pelos serviços, e restantes responsáveis intervenientes no processo foi sempre o de construir uma solução que fosse justa para todas as partes sempre com o objetivo último de ser cumprido o caderno de encargos e o interesse e segurança do transporte das crianças das suas residências para as escolas e vice-versa. -----

Como Gestor dos Contratos dos transportes especiais escolares continuarei a fiscalizar a sua realização por parte dos adjudicatários no estrito cumprimento do caderno de encargos, mas que cada um dos adjudicatários tenha presente que qualquer dificuldade que lhes possa surgir pode sempre contar com a compreensão e construção de uma solução, no estrito cumprimento do caderno de encargos e interesse dos alunos, por parte quer do Gestor do Contrato, Chefias e Poder político desta autarquia.” -----

VEREADORES, PEDRO MIGUEL SARAIVA LIMA CORDEIRO E MELO E ANA SOFIA DOS SANTOS CARVALHO GONÇALVES RAMOS: -

Os Senhores Vereadores, Pedro Miguel Saraiva Lima Cordeiro de Melo e Ana Sofia dos Santos Carvalho Gonçalves Ramos, solicitaram informação sobre o veículo que está a ser utilizado no Circuito entre Freixiel e Samões. -----

Após consulta do processo, foi verificado que o veículo utilizado está à espera de emissão de Licença por parte do IMT, não estando neste momento licenciado, e que o motorista atualmente afeto ao circuito tem a sua licença caducada para o transporte coletivo de crianças, tendo sido pedida a sua renovação. -----

VEREADORES, PEDRO MIGUEL SARAIVA LIMA CORDEIRO E MELO E ANA SOFIA DOS SANTOS CARVALHO GONÇALVES RAMOS: -

Os Senhores Vereadores, Pedro Miguel Saraiva Lima Cordeiro de Melo e Ana Sofia dos Santos Carvalho Gonçalves Ramos, verificaram no processo que o veículo anteriormente utilizado, de matrícula 02-HN-21, não estava igualmente licenciado para o transporte coletivo de crianças. -----

Solicitaram, ainda, que fosse demonstrado, para todos os circuitos, que estão a ser cumpridos os requisitos do caderno de encargos e que estão a ser utilizados veículos licenciados, uma vez que já passaram 45 dias desde o início dos circuitos especiais de transportes escolares, tornando-se inaceitável esta forma de gestão, principalmente ao tratar-se de transporte de crianças. -----

VICE-PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL: -

O Senhor Vice-Presidente da Câmara, Quintino Augusto Pimentel Gonçalves,

referiu que de todos os transportes e circuitos, o único que foi suscetível de algumas alterações foi o de Freixiel / Samões, mas que o Gestor de Contrato teve sempre o cuidado de fazer o acompanhamento, no sentido de serem ultrapassadas todas as divergências. -----

PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL: -

O Senhor Presidente da Câmara Municipal, Fernando Francisco Teixeira de Barros, informou que este processo de implantação dos circuitos especiais, vem sempre à Câmara, com indicação do Júri do Procedimento e Gestor de Contrato, tendo decorrido sem reclamações. -----

Informou, também, que o Gestor de Contrato é o Chefe da Unidade Orgânica de 3.º Grau, Administrativa e Qualidade, em regime de substituição, João Correia, em quem continua a manter total confiança, tendo detetado algumas anomalias e procedido ao seu registo num relatório que apresentou e do qual se deu conhecimento à Câmara. -----

Consequentemente, de imediato o Gestor de Contrato propôs, juntamente com a Vereação e os Técnicos da Unidade Orgânica de 3.º Grau, Ação Social, Desporto e Cultura, e com o adjudicatário em causa, uma solução provisória, da qual foi dado conhecimento na Reunião de Câmara. -----

Através da presente informação, ficou registado que a solução proposta salvaguardava a segurança das crianças, o normal e regular funcionamento dos circuitos e, embora menos importante, o interesse da Autarquia e dos adjudicatários. -----

Neste contexto, parece-lhe que a solução proposta pelo Gestor de Contrato resolve, embora transitoriamente, a situação, estando certo que, com o seu contínuo acompanhamento, irá apresentar à Câmara uma solução definitiva. -----

Folga, ainda, a clareza das explicações do Gestor de Contrato, numa situação de pleno funcionamento das escolas e dos transportes escolares, sendo necessário bom senso para não haver quebras de segurança e interrupção do serviço. -----

Por fim, deixou uma última nota, de que nunca deu qualquer indicação ou intercedeu sobre a forma de resolver esta situação, porque, como referiu, o Gestor de Contrato tem feito um acompanhamento muito próprio e atento. -----

Sobre outros esclarecimentos acerca dos restantes circuitos especiais de transportes escolares, os serviços irão apresentar um relatório na próxima reunião da Câmara Municipal. -----

VEREADORES, PEDRO MIGUEL SARAIVA LIMA CORDEIRO DE MELO E ANA SOFIA DOS SANTOS CARVALHO GONÇALVES RAMOS: -

Os Senhores Vereadores, Pedro Miguel Saraiva Lima Cordeiro de Melo e Ana Sofia dos Santos Carvalho Gonçalves, gostariam de registar que o despacho do Senhor Presidente, autorizando que o transporte dos alunos fosse feito transitoriamente, não respeitando o caderno de encargos, data de 12 de outubro, constatando, após consulta do processo, que o pedido de licença dos veículos a utilizar nesses transportes constantes do despacho do Sr. Presidente foi feito a 16 de outubro. -----

Não é aceitável dizer que há a salvaguarda da segurança das crianças, quando é conhecido agora, após consulta do processo, que há veículos sem licenças como motoristas, isto após 45 dias do início dos transportes das crianças. -----

Afirmaram ser seu dever deixar este registo da forma como está a ser realizada a

gestão destes circuitos especiais de transportes escolares até ao momento, que, na sua opinião, não é aceitável. -----

PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL: -

O Sr. Presidente da Câmara Municipal, Fernando Francisco Teixeira de Barros, afirmou que, relativamente aos circuitos especiais de transportes escolares, sempre tomou decisões com base na informação do Gestor de Contrato e dos serviços municipais. -----

Perante o apuramento em como o circuito não estava a funcionar bem, concordou com a proposta do Gestor do Contrato, ficando desta forma salvaguardada a segurança das crianças e o normal e regular funcionamento dos circuitos. Regista com agrado o facto de ter sido o próprio Gestor do Contrato a levantar administrativa e materialmente a solução, que parece ser a mais apropriada para o problema. -----

Referiu que a sua interferência foi sempre em sintonia com as informações que lhe fizeram chegar, na defesa do normal funcionamento da segurança e sem prejuízo de terceiros. Perante os factos, havia que tomar decisões para evitar conflitos e interrupções, que podiam prejudicar e não seriam soluções de “solução imediata”. -----

VEREADOR, ABÍLIO MAIA BATISTA EVARISTO: -

O Senhor Vereador a Tempo Inteiro, Abílio Maia Batista Evaristo, subscreve as afirmações do Sr. Presidente da Câmara e releva o grande trabalho do Gestor do Contrato, na exigência da salvaguarda do transporte das nossas crianças. -----

VEREADOR, PEDRO MIGUEL SARAIVA LIMA CORDEIRO DE MELO: -

O Senhor Vereador, Pedro Miguel Saraiva Lima Cordeiro de Melo, após tudo o que foi dito e após conhecimento dos factos, de que há veículos e motoristas referidos anteriormente sem o licenciamento exigido, questiona de que forma vai ser assegurado o transporte destas crianças, visto que os veículos e motoristas não estão licenciados para o transporte de crianças. -----

GESTOR DE CONTRATOS DOS CIRCUITOS ESPECIAIS DE TRANSPORTES ESCOLARES PARA O ANO LETIVO 2018/2019, CHEFE DA UNIDADE ORGÂNICA DE 3.º GRAU, ADMINISTRATIVA E QUALIDADE, EM REGIME DE SUBSTITUIÇÃO, JOÃO ALBERTO CORREIA: -

O Gestor de Contrato, afirmou que, neste momento, a solução para o transporte das crianças entre Freixiel e Samões, deverá ser da forma como está a ser realizado, sob pena de não haver transporte de crianças nesse circuito. -----

PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL: -

O Senhor Presidente da Câmara Municipal, Fernando Francisco Teixeira de Barros, informou que dará ao Gestor de Contrato todos os meios para continuar a fiscalizar este e outros circuitos. -----

– Posto o assunto à consideração do Executivo Municipal, foi deliberado, por unanimidade, tomar conhecimento. -----

DAF – DIVISÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA

UNIDADE ORGÂNICA DE 3.º GRAU – FINANCEIRA E CONTROLO: -

CONTABILIDADE: -

RESUMO DIÁRIO DE TESOUREARIA: -

Foi dado conhecimento pelo Senhor Presidente que o Resumo Diário de Tesouraria apresenta um saldo em total disponibilidades, excluindo as dotações não orçamentais, de € **1.531.803,55 (um milhão, quinhentos e trinta e um mil, oitocentos e três euros e cinquenta e cinco cêntimos)**. – **Deliberado, por unanimidade, tomar conhecimento.** -----

PAGAMENTOS EFETUADOS PELA CÂMARA MUNICIPAL: -

Presente a relação dos pagamentos efetuados pela Câmara Municipal e respetivas Ordens de Pagamento para consulta, no período de 22.10.2018 a 26.10.2018, num total de € **44.841,27 (quarenta e quatro mil, oitocentos e quarenta e um euros e vinte e sete cêntimos)**. – **Deliberado, por unanimidade, tomar conhecimento.** -----

XIV MODIFICAÇÃO ORÇAMENTAL – 14.ª ALTERAÇÃO AO ORÇAMENTO DA DESPESA: -

Presente a **14.ª Alteração ao Orçamento da Despesa**, no valor de **137.876,00 €** (cento e trinta e sete mil, oitocentos e setenta e seis euros), para aprovação pelo Executivo Municipal. – **Deliberado, por unanimidade, aprovar a 14.ª Alteração ao Orçamento da Despesa, no valor de 137.876,00 € (cento e trinta e sete mil, oitocentos e setenta e seis euros), nos termos da alínea d) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro – Regime Jurídico das Autarquias Locais.** -----

XIV MODIFICAÇÃO ORÇAMENTAL – 10.ª ALTERAÇÃO AO P.P.I. – PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS: -

Presente a **10.ª Alteração ao P.P.I. – Plano Plurianual de Investimento**, no valor de **54.000,00 €** (cinquenta e quatro mil euros), para aprovação pelo Executivo Municipal. – **Deliberado, por unanimidade, aprovar a 10.ª Alteração ao Plano Plurianual de Investimentos – P.P.I., no valor de 54.000,00 € (cinquenta e quatro mil euros), nos termos da alínea d) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro – Regime Jurídico das Autarquias Locais.** -----

XIV MODIFICAÇÃO ORÇAMENTAL – 3.ª ALTERAÇÃO AO P.A.M. – PLANO DE ATIVIDADES MUNICIPAIS: -

Presente a **3.ª Alteração ao P.A.M. – Plano de Atividades Municipais**, no valor de **7.876,00 €** (sete mil, oitocentos e setenta e seis euros), para aprovação pelo Executivo Municipal. – **Deliberado, por unanimidade, aprovar a 3.ª Alteração ao Plano de Atividades Municipais – P.A.M., no valor de 7.876,00 € (sete mil, oitocentos e setenta e seis euros), nos**

termos da alínea d) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro – Regime Jurídico das Autarquias Locais. -----

UNIDADE ORGÂNICA DE 3.º GRAU – SOCIAL, DESPORTO E CULTURA: -

EDUCAÇÃO: -

**SOCIEDADE DE TRANSPORTES CARRAZEDA VILA FLOR, LDA. –
TRANSPORTE ESCOLAR 2018/2019: -**

Presente Ofício, datado de 31 de agosto de 2018, informando que esta empresa se compromete a efetuar o transporte de alunos no horário da manhã e da tarde, com destino a Vila Flor, nos percursos de: -----

- 1 - Assares / Assares (cruzamento); -----
- 2 - Benlhevai / Benlhevai (cruzamento); -----
- 3 - Mourão / Mourão (cruzamento); -----
- 4 - Cadoso / Cadoso (cruzamento); -----

Mediante o pagamento de uma taxa fixa de **57,62 €** (cinquenta e sete euros e sessenta e dois cêntimos) por dia letivo e por circuito, acrescido de IVA à taxa legal em vigor de 6%, com efeito a partir do início do ano letivo 2018/2019, garantindo ainda o transporte de alunos do Bairro Amarelo e Bairro do Hospital para a EB 2,3/S de Vila Flor, cuja informação da Chefe da Unidade Orgânica de 3.º Grau, Social, Desporto e Cultura, em regime de substituição, Hermínia Morais, datada de 20 de setembro de 2018, refere que há alguns anos a esta parte que a Sociedade de Transportes Carrazeda Vila Flor, Lda. tem feito esta proposta ao Município, tendo sido sempre aceite por deliberação exarada em reunião de Câmara, com o objetivo de proporcionar aos residentes nas localidades mencionadas no ofício, maior comodidade no acesso ao serviço de transporte público. Mais informa que a presente proposta é em tudo igual à do ano anterior, inclusive no valor proposto de **57,62 €** (cinquenta e sete euros e sessenta e dois cêntimos) por dia letivo e por circuito, acrescido de IVA à taxa legal em vigor de 6%, ou seja, a Câmara Municipal, na eventualidade de aceitar a presente proposta, terá um encargo de aproximadamente **9.895,00 €** (nove mil, oitocentos e noventa e cinco euros), acrescido de IVA à taxa legal em vigor, por cada circuito referido na proposta, no próximo ano letivo. – **Deliberado aprovar a proposta da Sociedade de Transportes Carrazeda Vila Flor, Lda., no valor de 57,62 € (cinquenta e sete euros e sessenta e dois cêntimos), acrescido de IVA à taxa legal em vigor, por dia e por circuito, com três votos a favor e duas abstenções, dos Senhores Vereadores, Pedro Miguel Saraiva Lima Cordeiro de Melo e Ana Sofia dos Santos Carvalho Gonçalves Ramos.** -----

À Contabilidade para cabimentar e comprometer nos termos da Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso – LCPA. -----

DECLARAÇÕES DE VOTO: -

**VEREADORES, PEDRO MIGUEL SARAIVA LIMA CORDEIRO E MELO E
ANA SOFIA DOS SANTOS CARVALHO GONÇALVES RAMOS: -**

“Este assunto foi retirado da reunião anterior após o nosso pedido de esclarecimento, tornando-se claro, após esse esclarecimento, que será cobrado à Câmara Municipal um adicional de aproximadamente 40.000,00 € (quarenta mil euros) para efetuar os circuitos acima descritos. -----

Somos inteiramente favoráveis e apoiamos o transporte público, a sua disponibilidade e frequência necessária. Contudo, devemos abster-nos nestas circunstâncias, por considerarmos o montante excessivo. -----

Aproveitamos para sugerir que se analisem os números de utilização dos referidos circuitos, pois poderá até ser de equacionar uma outra forma de transporte.” -----

AÇÃO SOCIAL: -

MANUEL JOÃO SILVA MEIRELES E ELISABETE FAUSTINO TEIXEIRA MEIRELES – CANDIDATURA AO PROGRAMA MUNICIPAL DE APOIO À NATALIDADE:

Presente candidatura ao Programa Municipal de Apoio à Natalidade, cuja informação da Chefe da Unidade Orgânica de 3.º Grau, Social, Desporto e Cultura, em regime de substituição, Hermínia Morais, datada de 25 de outubro de 2018, refere que, considerando que a candidatura 7471/18 cumpre todos os requisitos impostos pelo Regulamento de Incentivo à Natalidade do Município de Vila Flor, vem propor o deferimento do incentivo, no valor total de **2.500,00 €** (dois mil e quinhentos euros). – **Deliberado, por unanimidade, deferir o incentivo no valor total de 2.500,00 € (dois mil e quinhentos euros), de acordo com a informação dos serviços e nos termos do respetivo Regulamento do Programa Municipal de Apoio à Natalidade. ---**

CULTURA E DESPORTO: -

ASSOCIAÇÃO CULTURAL E DESPORTIVA DE VALTORNO – PROPOSTA DE PROTOCOLO DE COOPERAÇÃO ENTRE O MUNICÍPIO DE VILA FLOR E A ASSOCIAÇÃO CULTURAL E DESPORTIVA DE VALTORNO: -

Presente Proposta de Protocolo entre o Município de Vila Flor e a Associação Cultural e Desportiva de Valtorno, cuja informação da Chefe da Unidade Orgânica de 3.º Grau, Social, Desporto e Cultura, em regime de substituição, Hermínia Morais, datada de 25 de outubro de 2018, refere que a Associação Cultural e Desportiva de Valtorno solicita a celebração de protocolo de cooperação com a Câmara Municipal. No entanto, a proposta inicial necessitou de alguns ajustes e a referida Associação veio agora apresentar a proposta já reformulada, a qual tem implícito o objetivo de preservar e divulgar a herança cultural do Concelho. -----

A Chefe da Unidade Orgânica informa que a proposta apresentada prevê a colaboração da Câmara Municipal através da cedência de espaços e equipamentos necessários à realização de eventos de cariz cultural, de acordo com a disponibilidade, bem como uma comparticipação financeira de **3.500,00 €** (três mil e quinhentos euros), a disponibilizar em duas tranches, no momento da celebração do protocolo e no mês de novembro. A proposta apresentada prevê, ainda, que a Associação colaborará na organização de eventos culturais promovidos pela Câmara Municipal, promover, divulgar e desenvolver a aprendizagem de música, teatro e

danças tradicionais, dar continuidade ao Grupo de Gigantones e continuar a recriar usos e costumes, bem como reforçar equipas para jogos tradicionais. Prevê, ainda, a promoção e desenvolvimento de atividades de ocupação de tempos livres para crianças e jovens e, também, a organização de exposições, concursos e outras atividades de cariz cultural. Como deveres da Associação, prevê a apresentação do Plano de Atividades e Orçamento no início de cada ano, a apresentação de um relatório de execução das atividades do protocolo e o compromisso de fazer referência ao apoio da Câmara Municipal em todos os materiais de divulgação e promoção que venha a editar, para além de ter de comparecer em Vila Flor sempre que seja convidada a participar em eventos. -----

A Chefe da Unidade Orgânica concluiu a sua informação referindo que, face ao exposto, se coloca à consideração superior a celebração do protocolo que anexa. – **Deliberado, por unanimidade, aprovar a proposta de Protocolo de Cooperação a celebrar entre o Município de Vila Flor e a Associação Cultural e desportiva de Valtorno, com a comparticipação financeira do Município de Vila Flor de 3.500,00 € (três mil e quinhentos euros), nos termos da alínea u) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro – Regime Jurídico das Autarquias Locais.** -----

À Contabilidade para cabimentar e comprometer nos termos da Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso – LCPA. -----

DOHUA – DIVISÃO DE OBRAS, HABITAÇÃO, URBANISMO E AMBIENTE

UNIDADE ORGÂNICA DE 3.º GRAU – URBANISMO E CANDIDATURAS: -

OBRAS MUNICIPAIS: -

REFORÇO DO SISTEMA DE ÁGUAS RESIDUAIS – CONSTRUÇÃO DE EMISSÁRIOS EM DIVERSAS FREGUESIAS, INCLUINDO RAMAIS ELÉTRICOS – SISTEMA DE ELEVAÇÃO DA REDE DE DRENAGEM DE ÁGUAS RESIDUAIS DE FREIXIEL – TRABALHOS A MAIS DE ESPÉCIE DIFERENTE: -

Presente Informação do Chefe da Unidade Orgânica de 3.º Grau, Urbanismo e Candidaturas, em regime de substituição, António Valdemar Tabuada Teixeira, e do Técnico Superior, António Rodrigues Gil, datada de 22 de outubro de 2018, referindo o que a seguir se transcreve: -----

“No decurso da empreitada, verifica-se que há trabalhos que não foram contabilizados nas medições dos trabalhos, peças escritas desenhadas e caderno de encargos, concursados os quais são indispensáveis para a conclusão e otimização do funcionamento da obra em título. Breve Nota Técnica, refiro-me concretamente, junto à Estação Elevatória, no ponto mais desfavorável, secção 4,95 x 1,50 m, tive que calcular os caudais de ponta de cheia com a aplicação de três métodos o racional, Temez e pelo método SCS, onde concluí que o método SCS é conceptualmente o mais elaborado e preciso. Utilizando a fórmula de Manning-Striker, obtive um caudal de Ponta de Cheia de 111,12 m³/s. Para um horizonte de 100 anos de projeto,

constatei que este caudal é manifestamente superior ao caudal de ponta de cheia, calculado pelo método SCS, referenciado que é de 72,20 m³/s. Esta explicação tem como objetivo demonstrar a necessidade que há de construir muros em betão ciclópico com a altura média de 1,50 m, em ambas as margens da ribeira, num troço mais desfavorável, com um desenvolvimento de aproximadamente 20m, que garantam que a secção de vazão construída cumpra tecnicamente todos os preceitos exigíveis, evitando-se desta forma, o galgamento das margens e os prejuízos que eventualmente poderiam ser causados. Para além da construção de muros de contenção, há a necessidade de reforçar a ventilação do poço de bombagem para evitar humidades de condensação, redimensionar o sistema automático da limpeza da gradagem com a colocação do motor acima do nível máximo de cheia por forma a evitar a sua total inoperacionalidade e colocação de rachão para preenchimento de depressões verificadas no leito da ribeira causadas pela velocidade da corrente da linha de água e consequente arrastamento de terras. -----

*Os preços unitários aplicados às quantidades de trabalho, estas apuradas em obra pela fiscalização e empreiteiro, são os correntes no mercado, resultantes de negociação entre Fiscalização e Adjudicatário, pelo que, sugiro a V. Ex.^a, **que os trabalhos a mais de espécie diferente na importância de 5.862,54 € (Cinco Mil, Oitocentos e Sessenta e Dois Euros e Cinquenta e Quatro Cêntimos) + IVA, sejam aprovados em reunião de Câmara pelo Executivo, os quais percentualmente em relação ao valor de adjudicação, 51.925,23 € (Cinquenta e Um Mil, Novecentos e Vinte e Cinco Euros e Vinte e Três Cêntimos) + IVA, retratam 11,29%, e que significam um acréscimo do encargo financeiro a suportar pela Câmara Municipal. O proposto tem suporte legal, designadamente o n.º 4, do artigo 376.º, do Decreto-Lei n.º 149/2012, de 12 de Julho que introduz alterações ao Código dos Contratos Públicos – CCP.*** -----

– Deliberado, por unanimidade, aprovar os Trabalhos a Mais de espécie diferente, no valor de 5.862,54 € (cinco mil, oitocentos e sessenta e dois euros e cinquenta e quatro cêntimos), acrescido de IVA à taxa legal em vigor, nos termos da informação técnica. -----

Aprovar a Minuta do Contrato a celebrar entre o Município de Vila Flor e a firma adjudicatária, nos termos do artigo 375.º do Código dos Contratos Público, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na sua atual redação. -----

PATRIMÓNIO NATURAL – TUA NATUREZA – SINALIZAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO DE CERCA DE 30 KM DE PERCURSOS: -

Presente Informação do Chefe da Unidade Orgânica de 3.º Grau, Urbanismo e Candidaturas, em regime de substituição, António Valdemar Tabuada Teixeira, e do Técnico Superior, António Rodrigues Gil, datada de 22 de outubro de 2018, referindo que a fim de levar a cabo a Candidatura ao Património natural – Tua Natureza, que se encontra aprovada, é necessário implementar várias ações que estão previstas, pelo que anexam convite, caderno de encargos e planta, relativos à ação de “*Marcação, Sinalização e Preparação para Homologação de 30 Km de Percursos*”, a fim se serem aprovados pelo Executivo Municipal. ---

Mais referem que, consultados os serviços da Divisão de Obras, Habitação, Urbanismo e Ambiente – DOHUA, estes informaram não dispor de meios humanos nem materiais para a execução dos trabalhos, pelo que sugerem que os mesmos sejam executados através da prestação de serviços, propondo que se adote o procedimento de *Consulta Prévia*, conforme preceituado no Código dos Contratos Públicos – CCP, tendo como referência o preço base

estimado de **55.000,00 €** (cinquenta e cinco mil euros), acrescido de IVA à taxa legal em vigor, convidando as seguintes empresas: -----

- Go Outdoor, Lda.; -----
- Gondiana – Desportos e Natureza, Unipessoal Lda.; -----
- Naturthoughts – Turismo de Natureza, Lda.. -----

Mais informa que deverá ser nomeado o Júri do Procedimento e o Gestor do Contrato, de acordo com o estipulado no Código dos Contratos Públicos – CCP, na redação do Decreto-Lei n.º 111-B/2017, de 31 de agosto. – **Deliberado, por unanimidade:** -----

- a) **Aprovar o convite, caderno de encargos e planta, nos termos da alínea f) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;** -----
- b) **Optar pelo procedimento de Consulta Prévia;** -----
- c) **Convidar as seguintes firmas constantes da informação dos serviços:** -----
 - **Go Outdoor, Lda.;** -----
 - **Gondiana – Desportos e Natureza, Unipessoal Lda.;** -----
 - **Naturthoughts – Turismo de Natureza, Lda..** -----
- d) **Nomear o seguinte Júri do Procedimento:** -----
 - **António Rodrigues Gil, Técnico Superior;** -----
 - **António Valdemar Tabuada Teixeira, Chefe da Unidade Orgânica de 3.º Grau, Urbanismo e Candidaturas, em regime de substituição;** -----
 - **Maria Dolores Quinteiro Ala Baraças, Assistente Técnica;** -----
 - **Camilo José Gonçalves Pereira Cerquido, Técnico Superior;** -----
 - **Fernanda Isabel Almeida Felizardo Fernandes, Assistente Técnica.** -----

PROGRAMA VALORIZAR – TURISMO DE PORTUGAL – CONSULTA PRÉVIA PARA “DISPONIBILIZAÇÃO DE REDES WI-FI”: -

Presente Informação 70-357, do Chefe da Unidade Orgânica de 3.º Grau, Urbanismo e candidaturas, em regime de substituição, António Valdemar tabuada Teixeira e do Técnico Superior, Tiago Filipe da Silva Morais, datada de 03 de outubro de 2018, referindo o que a seguir se transcreve: -----

“A fim de levar a efeito a Candidatura “ Disponibilização de Redes Wi-Fi” anexamos Convite e Caderno de Encargos a fim de serem aprovados pelo executivo; -----

*O valor estimado da despesa a efetuar é de **31 860,72 € (Trinta e um mil, oitocentos e sessenta euros e setenta e dois cêntimos)**, acrescido do imposto sobre o valor acrescentado, à taxa legal em vigor, que se submete à consideração superior, a presente proposta que visa obter autorização para o seguinte:* -----

*De acordo com o valor estimado da despesa a efetuar, deve propor-se a realização de uma **Consulta Prévia**, nos termos da alínea c) do n.º 1 do art.º 20.º e alínea b) do n.º 1 do art.º 16.º, ambos do CCP.* -----

A consulta prévia é o procedimento em que a entidade adjudicante convida diretamente pelo menos três entidades à sua escolha a apresentar proposta, podendo com elas negociar os aspetos da execução do contrato a celebrar. -----

Considerando que na formação e na execução dos contratos públicos devem ser respeitados os princípios gerais decorrentes da Constituição, dos Tratados da União Europeia e do Código do Procedimento Administrativo, designadamente o princípio da

proporcionalidade, somos de opinião de que ponderados os custos e benefícios decorrentes da adoção de outros procedimentos, considera-se que o recurso ao procedimento proposto é o mais adequado ao interesse público a prosseguir. -----

No procedimento de consulta prévia, a entidade adjudicante deve convidar a apresentar proposta, pelo menos, três entidades, conforme determina o n.º 1 do art.º 114.º do CCP propõe-se, entre outros operadores económicos que o órgão competente para a decisão de contratar determine, que sejam convidados diretamente a apresentar proposta os agentes económicos, a saber: -----

1. Warpcom-Services, S.A. -----
2. Fullcom – Soluções e Serviços de Comunicações, Lda. -----
3. Soltráfego – Soluções de Trânsito, Estacionamento e Comunicações, S.A. -----
4. Decanify – Soluções de Comunicações, S.A. -----
5. Blu beyond the line. -----

As firmas sugeridas e anteriormente identificadas não estão impedidas de serem convidadas a apresentar propostas, conforme estabelece o n.º 2 do art.º 113.º do CCP. -----

Condução do Procedimento/Júri: -----

De harmonia com o n.º 1 do art.º 67.º do CCP, os procedimentos para a formação de contratos são conduzidos por um júri, designado pelo órgão competente para a decisão de contratar, composto, em número ímpar, por um mínimo de três membros efetivos, um dos quais preside, e dois suplentes; -----

Declaração de Inexistência de Conflitos de Interesses: -----

Nos termos do n.º 5 do art.º 67.º do CCP, antes do início de funções, os membros do júri e todos os demais intervenientes no processo de avaliação de propostas, devem subscrever a declaração de inexistência de conflitos de interesses, conforme modelo previsto no anexo XIII ao CCP, que se anexa. -----

Fixação do prazo para a apresentação das propostas: -----

O prazo para a apresentação das propostas é fixado livremente, com respeito pelos limites mínimos estabelecidos no CCP. Na fixação do prazo para a apresentação das propostas, deve ser tido em conta o tempo necessário à sua elaboração, em função da natureza, das características, do volume e da complexidade das prestações objeto do contrato a celebrar, em especial dos aspetos da sua execução submetidos à concorrência pelo caderno de encargos, bem como a necessidade de prévia inspeção ou visita a locais ou equipamentos, por forma a permitir a sua elaboração em condições adequadas e de efetiva concorrência. -----

Nesta conformidade, propõe-se que o prazo a fixar para a apresentação das propostas seja de **5 dias**, contados nos termos do n.º 3 do art.º 470.º do CCP. -----

Audiência Prévia: -----

Elaborado o relatório preliminar referido no artigo 122.º do CCP, o júri envia-o a todos os concorrentes, fixando-lhes um prazo, não inferior a três dias, para que se pronunciem, por escrito, ao abrigo do direito de audiência prévia. -----

Aprovação das Peças do Procedimento: -----

As peças do procedimento são os documentos conformadores do procedimento, elaborados pela entidade adjudicante, que servem de base ao procedimento de adjudicação de um contrato público e que, para isso, são patenteados ao conhecimento dos potenciais interessados em participar nesse procedimento. -----

Para os efeitos previstos no n.º 2 do art.º 40.º do CCP e face à alínea b) do n.º 1 do

mesmo artigo, submetem-se para aprovação o Convite e o Caderno de Encargos, que se anexam. -----

Critério de adjudicação: -----

A adjudicação será feita de acordo com o critério da proposta economicamente mais vantajosa para a Câmara Municipal de Vila Flor, determinada pela modalidade da avaliação do preço ou custo enquanto único aspeto da execução do contrato a celebrar, em virtude das peças do procedimento definirem todos os elementos da execução do contrato a celebrar, conforme preceitua o n.º 3 do art.º 74.º do CCP. -----

Em cumprimento dos n.ºs 4 e 6 do art.º 74.º do CCP, propõe-se que, em caso de empate nos preços contratuais de duas ou mais propostas apresentadas, seja adotado o critério de desempate da proposta que tiver sido apresentada por pequenas e médias empresas, por ordem crescente da categoria das empresas. -----

Gestor do Contrato: -----

Nos termos do n.º 1 do art.º 290.º-A do CCP, o Município deve designar um gestor do contrato, com a função de acompanhar permanentemente a execução deste, sendo a competência desta designação, do órgão competente para a decisão de contratar.” -----

– Deliberado, por unanimidade: -----

- a) Aprovar o convite e caderno de encargos, nos termos da alínea f) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro; -----
- b) Optar pelo procedimento de Consulta Prévia; -----
- c) Convidar as seguintes firmas constantes da informação dos serviços: -----
 - Warpcom-Services, S.A.; -----
 - Fullcom – Soluções e Serviços de Comunicações, Lda.; -----
 - Soltráfego – Soluções de Trânsito, Estacionamento e Comunicações, S.A.; ---
 - Decanify – Soluções de Comunicações, S.A.; -----
 - Blu beyond the line. -----
- d) Nomear o seguinte Júri do Procedimento: -----
 - António Valdemar Tabuada Teixeira, Chefe da Unidade Orgânica de 3.º Grau, Urbanismo e Candidaturas, em regime de substituição; -----
 - Alfredo Peixoto, Técnico de Informática; -----
 - Maria Dolores Quinteiro Ala Baraças, Assistente Técnica; -----
 - Tiago Filipe da Silva Morais, Técnico Superior; -----
 - Fernanda Isabel Almeida Felizardo Fernandes, Assistente Técnica. -----

JOSÉ FRANCISCO RIBEIRO & IRMÃO, LDA. – PEDIDO DE LIBERTAÇÃO DE VALORES: -

Presente Ofício, datado de 09 de outubro de 2018, solicitando o levantamento dos valores retidos pelo Município para efeitos de garantia, para as seguintes obras já concluídas: ---

- a) Tratamento e valorização paisagística da Ribeira da Cabreira – Freixiel – **266,97 €** (duzentos e sessenta e seis euros e noventa e sete cêntimos); -----
- b) Construção de arruamentos, incluindo a aquisição de terrenos e reconstrução de muros no Concelho – Seixo de Manhoses – **1.564,27 €** (mil, quinhentos e sessenta e quatro euros e vinte e sete cêntimos); -----
- c) Recuperação das antigas escolas primárias do Concelho – Escola do Vieiro –

2.642,92 € (dois mil, seiscentos e quarenta e dois euros e noventa e dois cêntimos);

d) Pequenas reparações de beneficiação do Edifício dos Paços do Concelho – **1.954,50 €** (mil, novecentos e cinquenta e quatro euros e cinquenta cêntimos). -----

Presente informação do Técnico Superior, António Rodrigues Gil, datada de 18 de outubro de 2018, referindo que tratando-se de empreitadas rececionadas definitivamente, algumas delas há vários anos, não há inconveniente em que sejam libertados os valores retidos, os quais correspondem aos descritos na petição. – **Deliberado, por unanimidade, autorizar a libertação dos valores retidos, nos termos solicitados e de acordo com a informação técnica dos serviços municipais.** -----

ANTERO ALVES DE PAIVA – EMPREITADA DE “QUALIFICAÇÃO DE ESPAÇOS PÚBLICOS E URBANO – ARRUAMENTOS, ACESSOS, PASSEIOS E ÁREAS ENVOLVENTES, INCLUINDO A MELHORIA DA MOBILIDADE E SEGURANÇA – UNIÃO DAS FREGUESIAS DE VILAS BOAS E VILARINHO DAS AZENHAS” – Pedido de libertação de cauções: -

Presente Ofício n.º 180152/2018, datado de 16 de outubro de 2018, referindo que na sequência da entrada em vigor do Decreto-Lei n.º 111-B/2017, de 31 de agosto (9.ª alteração ao CCP – Código dos Contratos Públicos), que alterou o n.º 5 do artigo 295.º do CCP e revogou ainda o seu n.º 6, estabelecendo, assim, um regime de libertação de cauções idêntico ao previsto no extinto Decreto-Lei n.º 190/2012, de 22 de agosto, e uma vez que já decorreu um ano sobre a data da receção provisória da obra em epígrafe, com Auto de Receção Provisória da Obra datado de 16 de outubro de 2017 e com contrato de 17 de agosto de 2017, solicitam a devolução de 30% do valor das cauções retidas, no âmbito do contrato de empreitada em referência. -----

Mais informam que, não obstante o contrato em análise se reportar a um procedimento iniciado antes de 01 de janeiro de 2018, data de entrada em vigor da 9.ª alteração ao CCP, nos termos do n.º 3 do artigo 12.º do citado Decreto-Lei n.º 111-B/2017, de 31 de agosto, o regime de libertação das cauções antes transcrito, aplica-se, a partir de 1 de janeiro de 2018, a todos os contratos de empreitada de obras públicas em vigor ou que tenham os respetivos prazos de garantia em curso a 01 de janeiro de 2018 ou, ainda, a celebrar na sequência de procedimento de contratação pública anterior a 01 de janeiro de 2018. -----

Presente informação do Técnico Superior, António Rodrigues Gil, datada de 19 de outubro de 2018, referindo não haver inconveniente em que seja libertada a verba de 30% do valor global das cauções retidas, nos termos do n.º 5 do artigo 295.º do CCP – Código dos Contratos Públicos. – **Deliberado, por unanimidade, autorizar a libertação das cauções, nos termos solicitados e de acordo com a informação técnica dos serviços municipais.** -----

ANTERO ALVES DE PAIVA – EMPREITADA DE “AMPLIAÇÃO E REMODELAÇÃO DA REDE DE ÁGUAS RESIDUAIS E PLUVIAIS NO CONCELHO – SAMÕES” – Pedido de libertação de cauções: -

Presente Ofício n.º 180153/2018, datado de 16 de outubro de 2018, referindo que na sequência da entrada em vigor do Decreto-Lei n.º 111-B/2017, de 31 de agosto (9.ª alteração ao CCP – Código dos Contratos Públicos), que alterou o n.º 5 do artigo 295.º do CCP e revogou ainda o seu n.º 6, estabelecendo, assim, um regime de libertação de cauções idêntico ao previsto no extinto Decreto-Lei n.º 190/2012, de 22 de agosto, e uma vez que já decorreram dois anos sobre a data da receção provisória da obra em epígrafe, com Auto de Receção Provisória da

Obra datado de 20 de outubro de 2016, solicitam a devolução de 30% do valor das cauções retidas, no âmbito do contrato de empreitada em referência. -----

Mais informam que, não obstante o contrato em análise se reportar a um procedimento iniciado antes de 01 de janeiro de 2018, data de entrada em vigor da 9.ª alteração ao CCP, nos termos do n.º 3 do artigo 12.º do citado Decreto-Lei n.º 111-B/2017, de 31 de agosto, o regime de liberação das cauções antes transcrito, aplica-se, a partir de 1 de janeiro de 2018, a todos os contratos de empreitada de obras públicas em vigor ou que tenham os respetivos prazos de garantia em curso a 01 de janeiro de 2018 ou, ainda, a celebrar na sequência de procedimento de contratação pública anterior a 01 de janeiro de 2018. -----

Presente informação do Técnico Superior, António Rodrigues Gil, datada de 19 de outubro de 2018, referindo não haver inconveniente em que seja libertada a verba de 30% do valor global das cauções retidas, nos termos do n.º 5 do artigo 295.º do CCP – Código dos Contratos Públicos. – **Deliberado, por unanimidade, autorizar a liberação das cauções, nos termos solicitados e de acordo com a informação técnica dos serviços municipais.** -----

OBRAS PARTICULARES: -

REQUERIMENTO: -

Requerente: Maria Armandina dos Santos Martins

Local: Cruzinha – Meireles – Vilas Boas

Assunto: *Pedido de constituição de propriedade ou ampliação do número de compartes*, por óbito de seus pais, do prédio rústico inscrito na matriz predial da União das Freguesias de Vilas Boas e Vilarinho das Azenhas, sob o artigo 2370 e descrito na Conservatória do Registo Predial de Vila Flor sob o n.º 1070 da freguesia de Vilas Boas, sito em Cruzinha, localidade de Meireles da União das Freguesias de Vilas Boas e Vilarinho das Azenhas, composto de terra para centeio, na proporção de ½ indivisa para cada herdeiro. -----

Presente parecer do Arq. João Batista Ortega, datado de 24 de outubro de 2018, referindo não haver inconveniente em que o pedido seja deferido. Em 25 de outubro de 2018, este parecer mereceu a concordância do Técnico Superior, António Rodrigues Gil. – **Deliberado, por unanimidade, deferir, de acordo com a informação dos serviços técnicos da autarquia.** -----

REQUERIMENTO: -

Requerente: Maria da Graça Castro Teixeira, Teresa Maria Peres Nascimento e Maria Homera Castro Teixeira Oliveira

Local: Rua da Barreira – Alagoa – Valtorno

Assunto: *Constituição de propriedade horizontal, divisão de coisa comum*, no prédio urbano inscrito na matriz predial urbana sob o artigo 513 da União das Freguesias de Valtorno e Mourão, proveniente do artigo 367 da extinta freguesia de Valtorno e Descrito na Conservatória do Registo Predial de Vila Flor sob o número 199 da freguesia de Valtorno, a que se refere o alvará de licença de habitação n.º 44, por se encontrarem implantadas 3 casas distintas entre si e isoladas, constituindo assim 3 frações autónomas, cuja informação do Técnico Superior, António Rodrigues Gil, de 25 de outubro de 2018, o pedido de constituição de propriedade horizontal foi aprovado em reunião do Executivo Municipal de 13 de agosto de 2018, no

entanto, no requerimento, à data apresentado, não existia qualquer indicação quanto à localização do acesso às frações A, B e C, pelo que, corrigido este lapso por parte da requerente, não há inconveniente em que o pedido seja novamente aprovado. – **Deliberado, por unanimidade, aprovar a constituição de propriedade horizontal, nos termos da informação dos serviços municipais.** -----

REQUERIMENTO: -

Proc. n.º 49/2013

Requerente: Abílio Jorge Figueiredo

Local: Lugar do Ribeiro do Prado – Samões

Assunto: *Construção de habitação unifamiliar – Renovação do alvará de licença de construção, por 18 meses*, para acabamentos e pinturas, cuja informação do Técnico Superior, António Rodrigues Gil, de 25 de outubro de 2018, refere que nos termos do n.º 6 do artigo 58.º do regime Jurídico da Urbanização e Edificação – RJUE, não há inconveniente em que seja concedida uma prorrogação do prazo por 18 (dezoito) meses. – **Deliberado, por unanimidade, autorizar a prorrogação do prazo do alvará de licença de construção, pelo período de 18 (dezoito) meses, nos termos da informação dos serviços técnicos municipais.** -----

PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO: -

CIDADÃO JOSÉ CARLOS COSTA TRIGO: -

O cidadão José Carlos Costa Trigo, deu conhecimento de textos seus ao Executivo Municipal e solicitando uma resposta da Autarquia aos seus requerimentos. -----

PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL: -

O Senhor Presidente da Câmara Municipal, Fernando Francisco Teixeira de Barros, informou o cidadão José Carlos Costa Trigo, que leu o dossier que este lhe entregou na reunião de Câmara e deu-lhe conta que, das várias instituições a que recorreu, a Autarquia de Vila Flor é a única que lhe abre as portas e que o ouve.

Solicitou ao Senhor José Carlos Costa Trigo para sintetizar a forma como a Autarquia deve concretizar o reconhecimento da sua obra. -----

CIDADÃO JOSÉ CARLOS COSTA TRIGO: -

O cidadão José Carlos Costa Trigo informou que pretende que a Câmara Municipal apresente o seu trabalho à sociedade. -----

VICE-PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL: -

O Senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal, Quintino Augusto Pimentel Gonçalves, referiu que a Câmara Municipal já propôs ao cidadão José Carlos Costa Trigo, apoiar a publicação e um livro nas condições em que o faz com outros escritores, o qual não aceitou.-----

PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL: -

O Senhor Presidente da Câmara Municipal, Fernando Francisco Teixeira de

Barros, propôs que o Senhor Vereador da Cultura, Abílio Batista Maia Evaristo, responda às solicitações do cidadão José Carlos Costa Trigo e afirmou que a Câmara Municipal tem disponibilidade para o apoiar na publicação de livros, na exposição dos seus quadros e na apresentação pública da sua obra. -----

Sendo treze horas e cinquenta e cinco minutos, foi declarada encerrada a reunião, tendo sido deliberado, por unanimidade, aprovar e assinar a respetiva minuta da qual se elaborou a presente Ata que, depois de aprovada e assinada, vai ser exarada no respetivo livro de atas. -----

E eu, João Alberto Correia, Chefe da Unidade Orgânica de 3º Grau, Administrativa e Qualidade, em Regime de Substituição, que a secretariei, redigi, subscrevi e assino. -----